

A TURBOMERCANTILIZAÇÃO E OS DESAFIOS DA PRODUÇÃO ASSOCIADA

Henrique T. Novaes*
Édi A. Benini**

1 INTRODUÇÃO

Para os herdeiros do legado marxiano, a superação da forma mercadoria sempre foi um tema seminal. Wallerstein (2002) nos chama a atenção para esse tema, usando o termo “desmercantilização”.

Vale dizer que outros preferem o termo “desmercadorização” ou a expressão “produção de valores de uso”, tendo em vista a superação do sistema econômico de produção e distribuição de valores de troca. Para nós, a lógica de acumulação privada da riqueza social e a espoliação dos seres humanos ou de ecossistemas devem ser superadas.

Dessa forma, é importante compreendermos as diferentes dinâmicas, bem como seus impactos, no processo de expansão “ilimitado” – pelo menos na sua dinâmica interna – da intermediação mercantil como uma das mediações estruturantes do atual tipo de sociabilidade que a lógica do capital estrutura, ou seja, um verdadeiro processo de “turbomercantilização”, pois almeja submeter todos os aspectos da vida humana – inclusive os ecossistemas que a sustentam – sob essa lógica de exploração incessante.

A compreensão de uma das principais dimensões da fase atual do capitalismo – a turbomercantilização – é importante para potencializar a produção associada e reconhecer os seus limites na ausência de uma transformação social mais profunda. Tal é o objetivo deste artigo.

No livro *Para além do Capital*, István Mészáros (2002) resgata as lutas dos trabalhadores tendo em vista a construção de uma “economia comunal”. Ele parte das propostas de Charles Babbage para o aumento da vida útil das máquinas, equipamentos e produtos, mostra seus limites e analisa o avanço do sistema produtor de mercadorias, essencialmente destrutivo e produtor de bens supérfluos e descartáveis (ANTUNES, 2005). Para refletir sobre este fenômeno, veremos nas páginas a seguir algumas das lutas antimercantilização da vida na história concreta dos povos latino-americanos.

Adotamos como marco a crise de 1973, pois foi principalmente a partir daí que o capital adotou novas estratégias de retomada da plena mercantilização do trabalho, em novo ciclo de recrudescimento da sua exploração e espoliação, logo, novo ciclo de ampliação da

* Professor assistente/doutor da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (FFC/UNESP), Campus de Marília.

** Professor assistente da Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT).

acumulação privada. O período que vai de 1945 a 1973 é caracterizado como de relativo controle social sobre o capital, permitindo, *grosso modo*, uma tendência de relativa desmercantilização do trabalho e de vários aspectos da reprodução social (tendência que se concretizou, em menor ou maior grau, conforme a especificidade histórica de cada país). Depois de duas guerras mundiais e uma grande depressão, as possibilidades de uma revolução social na Europa em função da Revolução Russa, além da pressão dos movimentos sociais, tivemos a possibilidade histórica desse relativo controle, que freou parcialmente a sede incessante do capital pela mercantilização plena da sociedade. Apesar de ser no limite “incontrolável” (MÉSZÁROS, 2002), nesse momento histórico foi possível, claro que de forma instável e transitória, alguma “harmonização” e “controle” das contradições elementares do capital em relação ao trabalho.

2 DIMENSÕES DA TURBOMERCANTILIZAÇÃO: DA VENDA DE MERCADORIAS À MERCANTILIZAÇÃO DA VIDA HUMANA¹

É nos anos de 1970 que aparecem os primeiros sintomas da crise de acumulação de capital. Como resposta a esta crise, o capital – em especial, o capital financeiro em sua conexão com o “modelo japonês” ou toyotismo – promoveu respostas que resultaram numa ofensiva rumo à intensificação da produção de mercadorias (novos produtos) ou em direção a “setores” e “campos” ainda não sujeitos à plena mercantilização.

Uma onda de privatizações, em especial com a eleição de governos neoliberais na Europa e Estados Unidos, elevou o ciclo da mercantilização a um novo patamar. Ao mesmo tempo, a utilização de novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho elevou a um novo patamar a mercantilização dos produtos e da força de trabalho, enfraquecendo as condições objetivas de organização política dos trabalhadores.

O “sismógrafo” do avanço da mercantilização da força de trabalho pode ser visto nos vários processos de terceirização e escravização. No campo das relações de trabalho, é a partir de 1973 que se intensificam as formas de contratação baseadas no escravismo ou na superexploração e precarização do trabalho. Isso pode ser visto, por exemplo, no crescimento do número de trabalhadores sem carteira assinada, de terceirizados trabalhando em jornadas extenuantes etc., bem como na realocização de corporações dentro de um mesmo país em busca de custos trabalhistas mais baixos ou até mesmo sua mudança para outras nações. O avanço do capital é hoje tão intenso que quase não sobra mais espaço para o convívio não mercantilizado. O Mercado Livre, um *site* da internet de compra e venda de produtos, nos mostra que inclusive o beijo pode ser comprado. Uma garota estadunidense colocou sua virgindade à venda; não no Mercado Livre. A Mastercard, cerca de dois anos atrás, lançou uma propaganda que indicava que suas maquininhas de cobrança poderiam estar ao alcance de pequenos produtores de laranja. Na mensagem, alguns jovens que tentavam fazer um pequeno “roubo” de algumas laranjas não escaparam da cobrança, via “maquininha”, pelo produtor.

É nesse cenário de avanço destrutivo do capital (MÉSZÁROS, 2002) que surgem diversos conflitos na América Latina em torno da água, das sementes, da energia elétrica, do petróleo e do gás, entre outros. Bens públicos como a educação e a saúde também sofreram processos de “privatização indireta”, através da estagnação do setor público e do crescimento das vagas em faculdades particulares, bem como dos planos de saúde privados (MINTO, 2011; NOVAES, 2011b).

1. Esta seção resgata ideias já desenvolvidas no livro *O Retorno do Caracol à sua Concha: Alienação e Desalienação em Associações de Trabalhadores* (NOVAES, 2011a).

Para Lombardi (2006), a educação acompanhou o processo de mercantilização mundial e sofreu um forte recuo. Mais precisamente:

(...) a mercantilização favoreceu um recuo nas conquistas sociais e, com isso, foi sendo deixado de lado a concepção que a coloca como um direito; gradativamente, seu lugar foi ocupado por uma mercadorização dos serviços sociais. De direito do cidadão, as políticas sociais passaram a ser tomadas como serviços ao cidadão. O entendimento é que cada qual deve pagar o justo valor pelo tipo e qualidade de educação que quer receber.

Seria possível desenvolver o argumento de Lombardi para outros campos da educação, no entanto, podemos apenas traçar mais algumas tendências gerais: indústrias culturais com seus *best-sellers* que só permitem aos leitores reações emotivas diante de histórias vazias de sentido humano e pouco interessadas. Quando publicam algum livro clássico, os leitores são condicionados a lê-los como algo meramente exótico, sem conectar as grandes obras da humanidade com os desafios teórico-práticos da desalienação da humanidade.

3 AS REAÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Na contracorrente da mercantilização da educação, algumas editoras tentam retomar o conhecido projeto da Editora da Universidade de Buenos Aires, conduzida por Boris Spivacow, que colocou nas mãos do povo livros baratos e não alienantes. No Brasil dos anos 1990, a Editora Expressão Popular parece resgatar esta proposta, desmercantilizando – em germe – os livros que produz.

Na Argentina que tentou renascer da ditadura militar e da avalanche neoliberal, o povo e a classe média disseram em 2001: “*!Basta! Que se vayan todos*”. Nos casos da Bolívia e Venezuela, o povo não aguentava mais a expropriação dos seus recursos naturais e o aumento do preço dos bens essenciais. No México, os trabalhadores representam suas lutas pela palavra de ordem “*Sin maíz no hay país*”. Ela surgiu no contexto da criação do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio – North American Free Trade Agreement (Nafta) – e expressa a necessidade de soberania nacional na questão do milho.

No caso das sementes, aparece uma mensagem de luta pela socialização da semente crioula como patrimônio histórico *versus* a crescente proliferação das sementes geneticamente modificadas que geram dependência, destroem o meio ambiente e estrangulam a vida dos pequenos produtores. Aparece nas lutas anticapital travadas pela Via Campesina contra as grandes corporações multinacionais.

É a luta entre a semente enquanto mercadoria, voltada para a acumulação de capital e dominação dos pequenos produtores, *versus* a autogestão, a produção de alimentos saudáveis, a preservação do conhecimento tradicional de povos milenares que sobreviveram compartilhando suas sementes; isso para não falar da utilização adequada dos recursos naturais.

Nos anos de 2000, as rebeliões contra a privatização de bens públicos envolveram inicialmente as comunidades camponesas nas cidades de Cochabamba e Achacachi, na Bolívia do ano de 2000, e em Arequipa, no Peru, no ano de 2002, para citar apenas dois casos.

A insurreição indígena nucleada pela contestação dos acordos de exploração do gás resultou na renúncia do presidente da Bolívia em 2003 e na eleição de Evo Morales em 2005.

Trata-se da luta dos movimentos sociais na América Latina contra o acelerado processo de “destruição” do ser humano e da natureza, dos bens públicos e da nação. Ela pode ser vista também nas lutas de Chiapas, Guerrero e Oaxaca (México) contra a destruição do

milho pelos produtos transgênicos, e nas ameaças de mercantilização das reservas aquíferas da região, como também pode ser vista nas lutas pelos babaçuais livres, contra a instalação de usinas hidrelétricas, mineradoras etc. na Amazônia brasileira.

No México, em função do plantio do milho transgênico Bt, impulsionado pelas corporações multinacionais, houve contaminação de variedades crioulas e nativas, acabando com um trabalho de 12 mil anos de melhoramento natural de sementes de milho feito pelos índios mexicanos e camponeses, agricultores daquele país.

Dessa forma, temos ainda a mercantilização dos recursos biológicos de países periféricos, no caso brasileiro principalmente da Amazônia, biopirataria em terras indígenas, entre outros locais, apropriação de recursos que seriam usufruto exclusivo dos indígenas etc. No Brasil, a “destruição” dos viveiros da Aracruz (corporação que vive da produção de eucalipto) e as lutas entre a Via Campesina e a Syngenta Seeds (multinacional suíça), entre outras, podem ser interpretadas como táticas de enfrentamento nessa nova fase de mercantilização do capitalismo, principalmente em função da destruição das sementes crioulas, o papel da ciência e tecnologia (C&T) desempenhado no sistema capitalista e a invasão das multinacionais. No caso da Syngenta no Paraná, um dos motivos foi o desenvolvimento de experimentos ilegais de soja e milho transgênicos, na zona de amortecimento do Parque Nacional do Iguaçu, prática proibida pela Lei de Biossegurança da época.²

Por exemplo, a indústria de árvores geneticamente modificadas também entrou nessa onda do lucro máximo em menor tempo possível. De acordo com Carrere e Lovera (2006), desde uma perspectiva industrial orientada para o lucro, as florestas têm sido percebidas como “desordenadas” e “pouco produtivas”. Há muitos anos, os cientistas florestais e silvicultores vêm tentando “melhorá-las”. A resposta a isso foi estabelecer plantações de uma única espécie, em fileiras retas e equidistantes, para se obter o maior volume possível de madeira por hectare. Desse jeito, as florestas estão sendo progressivamente substituídas por monoculturas produtoras de madeira, e esse pode ser um dos motivos de ataque por parte dos movimentos sociais.

Resistindo a este processo, os trabalhadores do Acre, motivados pela figura de Chico Mendes, adotaram como estratégia de luta pela terra e pela vida os “empates” – técnica que impede a destruição das árvores no momento do corte. No Nordeste, as Quebradeiras de Coco lutaram e lutam incansavelmente pela Lei do Babaçu Livre, diante do impedimento do acesso livre nas fazendas da região.

Na década de 1970, surgiu o Movimento das Mulheres de Chipko (Índia), organização a que está ligada a renomada pesquisadora-militante Vandana Shiva. Elas adotaram a tática de se amarrar às árvores para impedir sua derrubada e o despejo de lixo atômico na região.

Nos anos de 1980, surgiu o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), no rio Uruguai, Santa Catarina, que posteriormente virou MAB Nacional. Trata-se de uma “resposta” das populações atingidas por grandes barragens aos deslocamentos compulsórios, às indenizações irrisórias, à degradação da qualidade de vida, à destruição de suas comunidades e identidades culturais, à degradação do meio ambiente e da base material de suas atividades produtivas, entre outros fatores. “Águas para a vida, não para a morte”, foi o lema que surgiu no MAB e se tornou internacional.

2. Cabe sublinhar que a luta entre a Via Campesina e a Syngenta resultou no assassinato, em 21 de outubro de 2007, de Valmir Mota de Oliveira – Keno, militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Via Campesina, e na posterior criação do Centro de Agroecologia no Paraná, que leva o nome desse trabalhador.

Cabe lembrar que um dos motivos do surgimento das Ligas Camponesas, nos anos de 1950 e primeira metade dos anos 1960, foi a apropriação pelos grandes usineiros das terras de subsistência dos trabalhadores do Nordeste.

Durante as ditaduras civis-militares na América Latina, principalmente no final do século XX, assistimos ao retorno da acumulação primitiva, ao patenteamento de recursos indígenas, ao confisco de terras, à grilagem, à lei do mais forte³ que se somam aos processos de mercantilização descritos anteriormente.

Vandana Shiva (2001) denomina esta nova fase de mercantilização pelos nomes de “novo colonialismo”, “biopirataria” e “biocolonialismo”. Para ela, “enquanto a biodiversidade e os sistemas de conhecimento indígenas satisfazem as necessidades de milhões de pessoas, novos sistemas de patentes e direitos de propriedade intelectual” ameaçam apropriar-se dos “recursos e processos de conhecimento vitais do Terceiro Mundo e convertê-los em monopólio vantajoso para as empresas do Norte. As patentes estão, por isso, no centro do novo colonialismo” (SHIVA, 2001, p. 320).

Nas grandes corporações, o aumento da produtividade da força de trabalho e os processos de obsolescência planejada elevaram-se em níveis estarrecedores.

A inovação, como forma de acumulação de capital e dominação dos consumidores, atinge um novo patamar, que se não é irracional beira à irracionalidade. Por exemplo, na indústria de alimentos infantis, um funcionário de uma grande corporação relata que “as pessoas estão ficando malucas. Estão tentando inventar manteiga de amendoim com estruturas que estalam como pipoca e ‘inventam’ que isso lhes dá energia, além de fazer você se dedicar mais à escola” (SCHOR, 2009, p. 128).

O aumento da produtividade nas agroindústrias, que deu origem a doenças, como a da vaca louca, a gripe aviária e recentemente a gripe suína, se insere no processo de intensificação de mercadorias que estamos vivenciando. O capital financeiro não pode esperar e a mercadoria carne não pode esperar, devendo ser produzida no menor tempo possível.

Daniel Bensaid, em seu livro *Os Irredutíveis*, retrata a privatização de serviços e da seguridade social, entre outros, e afirma que:

A privatização generalizada do planeta estende-se às informações, ao direito (prevalecendo o contrato privado sobre a lei geral), à solidariedade (seguro privado e fundos de pensão em oposição aos seguros mútuos e à seguridade social), à violência (na França, há mais seguranças e milícias privadas do que policiais “públicos”) e até mesmo aos presídios (BENSAID, 2008, p. 65).

A privatização vai ainda mais longe. Como a terra já era propriedade privada, agora se trata de cercanias da cidade, com seus bairros protegidos e seus condomínios fechados em conglomerados urbanos que privilegiam a segurança pública para os abastados; a água, com a canalização lucrativa; o ar, com o projeto de um mercado mundial de direito de poluir; o frenesi de patenteamento, com a perspectiva plausível, a partir de agora, de um mercado de embriões e de clones ou de exploração privada do genoma humano. Esse “estreitamento do

3. Conforme relata Bernardo (2004) para um fato histórico do início do século XX: “Um caso extremo ocorreu em 1904 no Sudoeste Africano, quando o exército alemão empregou uma tal brutalidade para suprimir a revolta dos hereros que deixou chacinado entre 75% e 80% deste povo e encerrou entre 23% e 18% em campos de prisioneiros. Toda terra foi então confiscada e o mesmo aconteceu à totalidade do gado, pelo que nada mais restava aos sobreviventes do que solicitar emprego ao serviço dos colonos alemães”.

espaço público reduzido a uma pele de onagro é cheio de perigos para a democracia, formal ou não” (BENSAID, 2008, p. 65). E continua:

A intimidade também torna-se uma mercadoria negociável. A privatização do mundo tem como contrapartida uma “publicização” crescente da vida privada. Não só dos homens ditos “públicos”, que exibem sua imagem privada por necessidade de promoção midiática, mas, também, de cidadãos anônimos caçados em seu espaço privado pelo *telemarketing*, pelo circuito integrado de câmeras, pelo controle dos fluxos de comunicação ou pelos sistemas de observação militar. O *voyeurismo* midiático e o exibicionismo fazem par: a intimidade torna-se uma mercadoria negociável e o pudor torna-se uma cafonice vitoriana (BENSAID, 2008, p. 68).

Certa vez Lukács afirmou que no século XIX os trabalhadores eram explorados como produtores e a partir do século XX como produtores e consumidores. Do ponto de vista da exploração dos trabalhadores enquanto consumidores, resultado do avanço das técnicas de mercantilização da vida no século XX – uma das cenas mais bonitas que o cinema italiano já produziu é a do filme *A classe operária vai ao paraíso*, do diretor Elio Petri. Quase no final do filme, o trabalhador Lulu chega em casa e transpira um ar reflexivo, pensativo. Não diz absolutamente nada, enquanto a câmera gira num dos cômodos da casa e mostra uma imensa quantidade de bens e quinquilharias totalmente supérfluos, muitos deles produzidos por corporações estadunidenses da “sociedade de consumo” que chegaram às mãos dos trabalhadores italianos nos anos 1960. A cena leva o espectador a entrar no cérebro de Lulu e pensar algo assim: “Por que produzi tanto? Para que aumentei o ritmo do meu trabalho? Para comprar essas coisas sem nenhum sentido social, totalmente supérfluas? Para que trabalhei tanto?” Também neste filme presenciamos o diálogo entre Lulu e Militina, um trabalhador que enlouqueceu e foi internado. Numa destas conversas, Militina questiona a utilidade das peças que produziam. Para nós, esta é uma das faces da alienação do trabalho: a produção sem nenhum sentido social, sem nenhum controle humano racional e consciente, voltada única e exclusivamente para a manipulação dos “consumidores” com vistas à irracional reprodução ampliada do capital.

Depois desta breve síntese sobre o avanço da mercantilização nos últimos 40 anos, vejamos agora as possibilidades de desmercantilização do produto do trabalho e do trabalhador nas cooperativas e associações populares.

4 OS DESAFIOS DA PRODUÇÃO ASSOCIADA DESMERCANTILIZADA: LIMITES E POSSIBILIDADES DAS COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE TRABALHADORES

O cooperativismo e o associativismo podem cumprir o papel de desmercantilização da principal mercadoria no capitalismo: a força de trabalho. Um dos casos ilustrativos parece ser o de uma associação de seringueiros do município de Xapuri – muito famoso por ter sido o palco de muitos “embates” promovidos por Chico Mendes e seus seguidores. A partir deste exemplo, poderemos fazer algumas pontes com as seções anteriores deste capítulo.

Apesar do aumento da renda dos associados nos últimos anos, apesar de terem adotado uma outra noção de tempo, centrada no reflorestamento ou no respeito ao ciclo de vida da floresta, esses trabalhadores – “donos do próprio trabalho” – estão plenamente conectados a uma imensa rede de empresas moveleiras que vai desde Xapuri a São Paulo e Nova York, onde em geral ocupam as fases iniciais da cadeia de distribuição do excedente econômico. Acreditamos que embora questionem a alienação do trabalho e deem alguns passos rumo à sua superação, apesar de conectarem a luta pela utilização adequada dos recursos naturais,

eles perdem o controle do produto do trabalho assim que são “conectados” ao circuito de produção e circulação do capital. Ademais, estão sujeitos à concorrência literalmente selvagem de outras empresas que estão sempre tentando produzir a um custo mais barato.

É verdade que, se comparado aos métodos de acumulação primitiva vigentes na Amazônia, tendo em vista a máxima acumulação de capital em menor tempo possível, as associações de seringueiros já representam um primeiro passo na luta pela desmercantilização. No entanto, na ausência de outras lutas que superem a alienação do trabalho em sua totalidade, os móveis continuarão tornando-se uma mercadoria consumida pela elite dos países do Norte e a elite brasileira, fora do controle dos trabalhadores. É como se os trabalhadores perdessem o controle da sua produção imediatamente após a saída do caminhão que despacha os produtos. Lembremos que para Marx:

(...) o comerciante de minerais vê apenas o valor mercantil, mas não a beleza e a natureza peculiar do mineral; ele não tem sentido mineralógico algum; portanto a objetivização da essência humana, tanto do ponto de vista teórico como prático, é necessária tanto para fazer humanos os sentidos do homem quanto para criar o sentido humano correspondente à riqueza humana inteira do ser humano e natural (MARX, 2004, p. 110).

Parafraçando Marx, nessas cooperativas isoladas, apesar de se esboçar a superação do trabalho alienado, o móvel ainda é uma mercadoria e os comerciantes de móveis veem apenas o valor mercantil, mas não a beleza e a natureza peculiar do móvel; este não tem sentido algum para essas cooperativas.

As cooperativas e associações de trabalhadores, na luta pela sobrevivência – na maioria dos casos – e dentro de uma estratégia de conquistar “novos mercados” – para a minoria – não conseguem superar a alienação do trabalho em sua totalidade. Em germe, podemos observar nos casos mais avançados a desalienação parcial do trabalho. No entanto, estas experiências não conseguem superar na prática todas as faces da alienação do trabalho: a perda do controle do processo de trabalho, do produto do trabalho, de si e da civilização humana. Em outras palavras, o fruto do trabalho de associações isoladas aparece como uma coisa estranha e independente dos produtores, ainda que eles tentem dominá-lo. O processo de trabalho na sua totalidade abrangente (“cadeia de produção”) continua nas mãos do capital, ainda que os trabalhadores dominem uma parcela muito pequena de algumas etapas do processo de trabalho. O trabalhador associado não é dono de si e não consegue alcançar a sua generidade, enquanto espécie humana, ainda que consiga em alguma medida – *in statu nascendi* – se humanizar no trabalho e contribuir em alguma medida para a emancipação do ser humano.

Nesse sentido, veremos em trabalhos posteriores que a superação da alienação do trabalho em sua totalidade dificilmente virá através de um simples movimento de reação social baseado em alguns arranjos econômicos e princípios éticos e morais, sem um projeto político consistente de enfrentamento, como uma espécie de nó que vai crescendo no interior do sociometabolismo do capital sem a mínima resistência do capital. Aqui, o papel da política é decisivo, no sentido de luta e construção de novas mediações nas relações sociais de produção, num longo processo histórico de convencimento e construção na prática de uma sociedade controlada pelos seres humanos, autogovernada, que não seja comandada por uma força estranha: o capital.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como estamos num momento defensivo, caracterizado por inúmeras derrotas para os trabalhadores, seria melhor caracterizar a fase atual como a de um cooperativismo de subsistência, de resistência, já que até o presente momento há poucos sinais de um cooperativismo e de um associativismo capazes de superar o trabalho alienado, sem sentido social, desprovido de conteúdo.

Isso tem a ver com o contexto histórico, caracterizado pelo avanço da barbárie social e, no que se refere à esquerda, a ausência de um projeto radical para além do capital. Para nós, o cooperativismo e o associativismo vêm cumprindo um papel modesto, ao permitir que parcelas dos trabalhadores, principalmente os mais precarizados ou desempregados, tenham direito à sobrevivência num contexto desemprego e subemprego crônico. No entanto, num contexto ofensivo, o cooperativismo e o associativismo poderão cumprir um papel na superação do trabalho alienado, através da expropriação dos expropriadores, reunificando o caracol à sua concha, através da coordenação global da produção pelos produtores associados tendo em vista os valores de uso e o “desenvolvimento da rica individualidade” do ser humano. Para isso, é fundamental a fusão das lutas políticas com as econômicas, numa espécie de ataque múltiplo, negando os elementos de subordinação e mercadorização do trabalho (e da vida humana), e afirmando, por meio de mediações adequadas, o trabalho associado e não alienado. Ou seja, para superar o sistema orgânico do capital (que abrange suas mediações estruturantes e suas instituições reprodutoras dos mecanismos de exploração e sustentáculos dos fluxos privados de acumulação), é necessária uma ofensiva na mesma perspectiva ontológica, vale dizer, um efetivo sistema orgânico do trabalho (BENINI, 2011). Essa parece ser a contribuição de István Mészáros.

Para esse intelectual, o processo de construção de uma sociedade para além do capital deve abarcar todos os aspectos da inter-relação entre capital, trabalho e Estado.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **O caracol e sua concha** – ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- BENINI, É. A. **Sistema orgânico do trabalho**. Palmas, 2011. Mimeografado.
- BENSAID, D. **Os irredutíveis** – teoremas da resistência para o tempo presente. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BERNARDO, J. **Democracia totalitária** – teoria e prática da empresa soberana. São Paulo: Cortez, 2004.
- CARRERE, R.; LOVERA, S. Árvores geneticamente modificadas: um passo à frente ... na direção errada. In: LANG, C. **Árvores geneticamente modificadas** – a ameaça definitiva para as florestas. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- LOMBARDI, J. C. O velho discurso que rege a história da educação brasileira. **Jornal da UNICAMP**, ed. 334, 21 a 27 ago. 2006. Entrevista.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Campinas: Editora da UNICAMP/Boitempo, 2002.
- MINTO, L. W. **A educação da “miséria”**: particularidade capitalista e educação superior no Brasil. 2011. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Campinas, ago. 2011.

NOVAES, H. T. (Org.). **O retorno do caracol à sua concha**: alienação e desalienação em associações de trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular, 2011a.

_____. Algumas notas sobre a concepção marxista do Estado capitalista no século XX. In: BENINI, É. A. *et al.* (Org.). **Gestão pública e sociedade**: fundamentos e políticas públicas de economia solidária. São Paulo: Outras expressões, 2011b.

SCHOR, J. B. **Nascidos para comprar** – uma leitura essencial para orientarmos nossas crianças na era do consumismo. São Paulo: Gente, 2009.

SHIVA, V. **Biopirataria**: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2001.

WALLERSTEIN, I. Uma política de esquerda para o século XXI? Ou teoria e práxis novamente. In: LOUREIRO, I.; LEITE, J. C.; CEVASCO, M. (Org.). **O espírito de Porto Alegre**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.